

Corrida ao ouro

# Ultra-esquerda quer a

# Amazônia

A corrida pelo ouro no Território Federal de Roraima, a cada dia que passa, torna-se mais complexa, levando o espectador a um clima de incerteza e de indefinições. Setores, dos mais diversos, contam suas versões, que também são as mais diversas. O jornal boa-vistense "O Roraima" veiculou no dia 11 de outubro de 1984, uma reportagem que denunciava a tentativa de internacionalização da Amazônia por setores de ultraesquerda.

A matéria é assinada pelo jornalista venezuelano, Ricardo Escalante, e foi publicada na Venezuela através do jornal "El Universal" em 8 de agosto de 84. A tradução da matéria foi feita por Péricles Perucci, que passamos a publicá-la na íntegra:

"Setores de ultraesquerda estão desenvolvendo uma estratégia dirigida à internacionalização da Amazônia, segundo um documento confidencial do Governo. O documento intitulado "Distorções do problema indigenista presentes em alguns projetos", foi elaborado por um grupo de "experts" e entregue ao Presidente Jaime Lusinchi.

Nele se faz uma análise do problema que neste momento se registra no Território Federal do Amazonas (território venezuelano) e se denuncia a participação de setores vinculados à esquerda internacional.

Concretamente, se faz menção às atividades de antropólogos, ecólogos e sociólogos, a quem se atribui a promoção de projetos de "criação de reservas indígenas ou ecológicas".

Entre os objetivos pretendidos, estaria obter a recepção, por parte do Estado venezuelano, dos critérios de "Soberania Restringida" e de "Patrimônio Comum da Humanidade".

Na preparação do referido texto, entrevistaram funcionários do Departamento de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores.

"Essas políticas induzidas desde o exterior, requerem para seu êxito a colaboração de pessoas que, dentro de cada país, as apoiem ativamente em seus objetivos. Nesse contexto, buscam mobilizar a opinião pública nacional e internacional, com o apoio, às vezes inocente, de certos círculos acadêmicos e científicos..."

## O DOCUMENTO

Continuação do documento confidencial.

### MEMORANDO

Assunto: Distorções do problema indigenista presentes em alguns projetos.

#### I — OBJETIVO

O objetivo que pretende este memorando é chamar a atenção sobre a incidência negativa nos mais altos interesses nacionais (consolidação do território, unidade da Nação e soberania) dos diversos projetos que, em matéria indigenista e ecológica, têm apresentado diversos organismos, públicos e privados, ao Governo nacional e à opinião pública internacional e nacional.

#### II — DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO

1. A nível internacional demanda cada vez maior força e aceleração um movimento que busca aplicar na área amazônica, princípios que, por um lado refletem a doutrina de "Soberania Restringida" e, por outro, pretendem a internacionalização da Amazônia, como "Patrimônio Comum da Humanidade". Esta estratégia se manifesta mediante pressões indiretas, que se dirigem fundamentalmente aos temas de proteção dos indígenas e dos bosques tropicais.

Com essa finalidade, se quer debilitar os países signatários do "Tratado de Cooperação Amazônica" (O Pacto Amazônico), induzindo-os a aceitar mecanismos que permitam a determinados organismos internacionais, governamentais e não governamentais, interferir nas decisões soberanas dos mesmos, em matéria de população, território e recursos. Devemos recordar que o Tratado de Cooperação Amazônica reafirma, de forma expressa, a soberania, exclusiva e excluinte, dos países sobre seus respectivos territórios amazônicos, como resposta às intensas pressões para a internacionalização da área.

Essas políticas, induzidas desde o exterior, requerem, para seu êxito, a colaboração de pessoas, que dentro de cada país, as apoiem ativamente em seus objetivos. Nesse contexto, buscam mobilizar a opinião pública nacional e internacional, com o apoio, às vezes inocente, de certos círculos acadêmicos e científicos aos "Direitos Humanos dos Indígenas" e às "Novas Estratégias para o Ecodesenvolvimento". Isto se torna possível, devido a que, na maioria das ocasiões, se carece de informação completa e adequada sobre os fins ulteriores desses movimentos.

CIMI - NORTE  
Jornal ACRITICA  
Data 29/06/85 P.C.E.

477

Isso não é casual, pelo contrário, é casual, a proliferação de atividades levadas a cabo por determinados antropólogos, ecólogos e sociólogos, que promovem a apresentação de "projetos de criação de reservas indígenas e ecológicas", cujo resultado, em última instância, é obter a recepção, por parte do Estado venezuelano, dos critérios de "Soberania Restringida" e de "Patrimônio Comum da Humanidade". Tampouco deixa de chamar a atenção o interesse de grupos vinculados à esquerda internacional, em fazer campanha em prol dos "Direitos Humanos dos Indígenas" que, num país como a Venezuela (que sempre tem se distinguido pelo seu respeito aos índios, e por possuir uma legislação que não faz distinção entre os venezuelanos) não só é extemporâneo, senão que ademais, é um reflexo de situações de fora.

Um dos elementos de pressão mais utilizados contra os países latino-americanos se constitui nessas organizações que "têm como objetivo informar e sensibilizar a opinião (...) internacional sobre a situação da Amazônia..."

(Boletim do Comitê Internacional de Defesa da Amazônia, CIDA, Paris, Abril 1982).

2. Esta estratégia, que se manifesta através de pressões que vão aumentando, incide, principalmente, sobre os setores:

a) Proteção dos bosques tropicais; já que constituem um elemento importante no processo de internacionalização da Amazônia, que alguns querem que sejam considerados como "Patrimônio Comum da Humanidade".

Neste campo, destacam-se, particularmente, os "Projetos sobre bosques tropicais", elaborados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Este movimento tem tido tal êxito que, sob o conceito de "Proteção Ecológica", na Venezuela foi criado um "parêntese territorial" (parque e reservas) que excede à quarta parte da superfície total do país. Esta cifra, somente superada pela Namíbia e pela Groenlândia, contrasta com os coeficientes utilizados pelos países industrializados, que recomendam não exceder 10% do território, em nenhum caso. A consequência é que o Estado venezuelano tem limitada a sua capacidade de exercício pleno de sua soberania nos setores a si afetos. A título de exemplo, basta recordar a situação existente em toda a extensão da linha essequiba, desde Punta Barima até o Roraima.

b) Proteção ao Indígena; sem uma ótica real ao seu desenvolvimento integral e incorporação ao restante da Nação (art. 77-CN) senão com a finalidade de reconhecer "nacionalidades indígenas autônomas", que deverão gozar do "direito à autodeterminação" e com os quais o Estado deverá "negociar" o exercício da soberania sobre este território, população e recursos naturais. Isto traz, como consequência, o debilitamento e eventual desmembramento do Estado, aumentando a sua vulnerabilidade pelas manipulações de interesses alheios aos seus. Particularmente, promovem estes princípios: o Instituto Indigenista Inter-Americano, organismo técnico da OEA (Organização dos Estados Americanos); Survival International (USA e Inglaterra); Anthropology Resource Center (Boston, USA); Cultural Survival (Cambridge, USA); Internacional Workgroup for Indigenous Affairs (Dinamarca); Comitê Internacional de Defesa de L'Amazonie (Paris, França), entre outros.

Torna-se interessante observar a coincidência de interesses que se movem ao redor dos recursos naturais, e da importância estratégica de países como a Venezuela. Neste sentido, observamos que, em janeiro de 1971, o Conselho Mundial de Igrejas e o Instituto de Etnologia de Berna-Genebra (Suíça) convocaram um "Simpósio sobre Atritos Interétnicos na América do Sul", que foi realizado em Barbados.

Se bem o título e os organizadores chamam a atenção, ainda presume maiores dúvidas o texto da "Declaração de Barbados pela Liberação do Indígena". Com efeito, esta dispõe:

"... Os indígenas da América continuam sujeitos a uma relação colonial de domínio... postura que nega a possibilidade de que os indígenas se liberem de sua dominação colonialista e decidam seu próprio destino..."

Na sua parte declarativa, observamos que o capítulo que define "a responsabilidade da Antropologia", assinala, especificamente, em seus pontos 3 e 4, os seguintes:

"... A Antropologia que hoje se requer na América Latina não é aquela que considera os indígenas como meros objetos de estudos, senão a que os vê como ... povos colonizadores e se compromete em sua luta de liberação..." e "... por outra parte, (aporta) aos povos colonizados todos os conhecimentos antropológicos, tanto acerca deles mesmos, como da sociedade que oprime, a fim de colaborar com sua luta de liberação..."

Esta "declaração" foi assinada por dois representantes da Antropologia venezuelana, os doutores Nelly Arvelo de Jimenez (IVIC) e Estevan Emilio Mosonyi — 7UCV), ambos diretamente vinculados aos Projetos de Reserva de Biosfera Yanomami, apresentados pelo Instituto Venezuelano de Investigações Científicas (IVIC) e a Fundação La Salle, respectivamente.

A pressão, exercida pelos grupos internacionais que dizem "proteger os interesses indígenas", a partir de países como a Dinamarca, a Inglaterra, a Suíça, a França e os Estados Unidos, tem levado as partes contrárias latino-americanas a pasmar com os seus verdadeiros objetivos, assinalados nas recomendações e resoluções, emanadas da Primeira Reunião Técnica sobre os Problemas das Populações Indígenas da Região Amazônica, celebrada em Puyo, no Equador, em julho de 1981, em cumprimento da Recomendação nº. 14, do VIII Congresso Indigenista Interamericano, celebrado no México, em 1980 (1).

#### RECOMENDAÇÕES E RESOLUÇÕES QUE AMEAÇAM DIRETA, CLARA E INEQUIVOCAMENTE:

a) À unidade nacional, elemento assistencial para os países interessados, como consequência de exigir o reconhecimento às "nacionalidades indígenas" e a seu "direito à autodeterminação".

b) À integridade territorial dos países latino-americanos, como consequência do reconhecimento de "direitos territoriais exclusivos" destas "nacionalidades" sobre

# RORAIMA

## Zona de Tensão

(VI)



Célio Júnior  
Texto e Foto

territórios que seriam delineadas com base em critérios de "ocupação histórica", sem levar em conta as fronteiras nacionais existentes.

c) À soberania do Estado sobre os recursos naturais, ao estabelecer a necessidade de celebrar "convênios" (sic) entre Governos e povos indígenas, para a prospecção e exploração de hidrocarbonantes e minerais". Além disso, o fruto dessas explorações deve beneficiar diretamente às "nacionalidades indígenas" e ser administrado de forma direta por eles, e não pelo Estado em benefício coletivo da Nação.

d) À política de integração, consolidação e povoamento do território nacional, mediante a paralisação e eliminação das políticas e projetos de povoamento e desenvolvimento sócio-econômico, especialmente nas zonas fronteiriças.

e) À identidade latino-americana, como produto de uma fusão de raças e culturas, ao tratar de estabelecer formas de segregação étnica.

Este documento foi subscrito e aprovado pela delegação venezuelana, integrada pelas seguintes pessoas: TRINA DE LIENDO (Diretora de Assuntos Indígenas do Ministério da Educação); FRANCISCO AURÉLIO RENGIFO (Ministério da Educação), NOÉ

MONTIEL (Ministério da Educação); NEMÉSIO MONTEIEL (Ministério da Educação), CARLOS FIGUEROA (Ministério da Educação), e representando a Procuradoria Agrária Nacional, CAROLINA IBARRA MENDEZ, LUCILLA CLARIN e MANUEL RIVERO. A delegação contou com a presença da Doutora NELLY ARVELO DE JIMENEZ (IVIC), com o caráter de especialista.

3. É evidente que tais recomendações não podem senão incidir, direta e negativamente, sobre os elementos existentes do Estado: Nação e território, uno e indivisível e soberania.

A consequência óbvia, seria pôr em dúvida mesma a existência das Repúblicas latino-americanas, já que, em última instância, estas tenderiam a fragmentar-se em múltiplas "nações" e, eventualmente, surgiram "as confederações de repúblicas indígenas".

Neste sentido, chama a atenção da proliferação de atividades que com este objetivo desenvolvem determinados antropólogos, ecólogos e sociólogos nas universidades, foros acadêmicos, meios de comunicação, etc.; durante os últimos anos na Venezuela.

Estas atividades fazem parte de uma estratégia que busca conseguir o patrocínio e aprovação de ministros, ministérios e outros organismos da administração pública, para seus projetos.

A título de exemplo, se chama a atenção sobre os seguintes pontos:

a) A reativação dos projetos de criação de uma Reserva Yanomami, em consequência das denúncias internacionais e nacionais sobre "genocídio e ecocídio (consequência) das mais abjeta corrupção administrativa e irresponsabilidade, aliada à ignorância e ao cinismo", que implicam as concessões minceiras outorgadas pelo Estado no Alto Orinoco... Território ancestral da etnia Yanomami..." (2) Sem defender estas, que provavelmente estão a exigir reconsideração por razões alheias às contidas nas denúncias do Survival Internacional e dos doutores Esteban Mosonyi (UCV), Raul Domínguez (UCV) e Alexander Luzardo (deputado pelo MEP) dirigidas à opinião internacional, é evidente a conexão destes projetos com os interesses de fora assinalados.

b) Os projetos de investigação que a doutora NELLY ARVELO DE JIMENEZ tem programados no Laboratório de Etnologia do Instituto Venezuelano de Investigações Científicas — IVIC para 1984.

Dentre estes projetos, chamam particularmente a atenção os de números 5 e 6. O número 6 "Os Yanomami e o ecodesenvolvimento", porquanto constitui a continuação do projeto apresentado por esse mesmo

organismo, através do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, em 1983. Este projeto foi seriamente objetivado pelo Departamento de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores.

O projeto de nº. 5 "Os pressupostos das políticas indigenistas dos países latino-americanos com especial ênfase nos amazônicos, as origens históricas dos ditos supostos, as atividades das organizações internacionais de apoio ao indígena e os fatores extralocais que têm fomentado a institucionalização dos movimentos indígenas", a ser realizado conjuntamente com o Cultural Survival e Anthropology Resource Center, organizações internacionais não governamentais, às quais já se fez referência.

c) As considerações finais que apresenta o anteprojeto de decreto para a criação da Comissão Indigenista Venezuelana, elaborado pelo Departamento de Assuntos Indígenas do Ministério da Educação.

d) As emendas e conclusões do II Encontro de Nacionalidades Indígenas, celebrado em Quito, no Equador, no decorrer do mês de abril de 1984.

e) As declarações de JÚLIO ESCALONA, por motivo de sua renúncia à Secretaria Geral da Liga Socialista, a raiz da derrota da esquerda nas últimas eleições quando assinala a sua conveniência de aliar-se, mais estreitamente, aos grupos ecológicos, como meio moderno de penetração de massas.

Nesta ordem de idéias, cabe mencionar, a título de exemplo, o grupo denominado "HOMEM NOVO", que funciona na cidade de Mérida (Venezuelan), e que se encontra controlado pelo "Partido Revolucionário Venezuelano", grupo de extrema esquerda.

f) A intenção, em 1983, de fundar, em Porto Ayacucho um escritório regional do Instituto Indigenista Inter-Americano, assistido financeiramente pelo Governo venezuelano, com pessoal internacional autônomo, que estaria dotado de imunidades e privilégios que amplia seu status de organismo técnico da Organização dos Estados Americanos (OEA). Este projeto foi celebrado, em março de 1983, em Porto Ayacucho, a "II Reunião Técnica de Dirigentes Indígenas e Profissionais da Área Amazônica", ocasião em que assinalaram que os objetivos do escritório regional seriam: com a assistência do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA), pressionar os Governos amazônicos para a elaboração de políticas indígenas consonantes com as diretrizes surgidas na Reunião de Puyo, no Equador, à qual se faz referência no item dois deste Memorando. Finalmente, vale a pena sublinhar que a multiplicação de foros,

seminários e atividades do "Lobby" nacional e internacional — a favor dos projetos indigenistas — corresponde a uma estratégia, que tem como fim aproveitar o "vazio político", que se produz em certa medida durante uma campanha eleitoral ou nos primeiros meses de uma nova administração.

#### III — INCIDÊNCIA DESTAS TENDÊNCIAS NA VENEZUELA

No caso concreto da Venezuela, existe uma forte pressão internacional, dirigida especialmente a conseguir o acesso direto aos recursos naturais não renováveis, localizados no Maciço Guiano e na Faixa Petrolífera do Orinoco. Assim mesmo, a subversão internacional se vale das tendências determinadas, para tentar se estabelecer nas zonas mais desguarnecidas no país.

As mais recentes expressões destas políticas se encontram cristalizadas nos projetos de criação de reservas indígenas em toda a extensão da fronteira venezuelana, áreas de concentração das mais diferentes tribos, e lugar onde a presença do Estado é extremamente precária. Esta situação se apresenta, porque apesar de sua importância econômica, estratégica e de segurança e defesa, são as zonas do país nas quais se observa o maior vazio de poder e de exercício cabal da soberania.

Vale a pena sublinhar que toda política requer, para seu êxito, poder contar com os elementos de pressão interna e notar que estes setores internacionais e nacionais, se arrogam à representatividade indígena porque presumem que serão capazes de instrumentalizá-los para seus fins políticos ulteriores, suscitando lembranças de antigos conflitos raciais ou históricos, que não têm cabimento na sociologia da Nação venezuelana.

Note-se, além disso, como esta instrumentalização de indígenas e conservacionistas de boa fé, busca incrustar-se na administração pública, provocando a incoerência nas políticas do Estado.

A apresentação artificiosa dos interesses dos indígenas, permite buscar a aceitação e instrumentalização de mecanismos legais e administrativos, cujos resultados reais são a aceitação do conceito de "Soberania Restringida", e, em última instância, levam ao desmembramento da unidade territorial e nacional do Estado venezuelano".

#### FONTES:

- (1) Anuário Indigenista, Ano XLI, Vol. XLI, Dezembro 1981;
- (2) France Press, 27 de março de 1984.
- (3) — Jornal "El Universal", 8 de agosto de 1984
- (4) — Jornal "O Roraima", 11 de outubro de 1984.

29/10/85  
 CIMI - NORTE  
 JORNAL AFRICA  
 29/10/85